

ORGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ, IERJ E SINDECOV-RJ

CONSENSO NACIONAL PARA SALVAR O BRASIL

Se até 2020, o Brasil não alcançar desenvolvimento social e econômico equiparável à Itália e Espanha, de hoje, estará fadado a cumprir papel de satélite da política dos EUA, sem soberania e com o seu futuro subjugado ao desta potência. Para que isso não aconteça, é preciso definir e alcançar metas que sejam consensuais entre as principais correntes políticas do país, que retirem o Brasil da armadilha em que está colocado, após

uma década de governo neoliberal – Collor a FHC.

Voltar a crescer, superar definitivamente a pobreza extrema, arrecadar e gastar melhor os recursos públicos, essa é a grande saída, segundo a análise de um grupo de pensadores da realidade brasileira. Constituído por personalidades expressivas da vida nacional, como o professor Celso Furtado, e políticos representantes dos principais partidos, esse grupo tem por porta-voz e coordenador o professor Helio Jaguaribe, cientista político e social de larga trajetória na análise, diagnóstico e proposições de solução de problemas brasileiros, que é o entrevistado deste número do JE.

Páginas 8, 9 e 10

Homens são maioria entre economistas

Pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Economia revela que os homens representam mais de 80% dos profissionais que estão no mercado de trabalho. Empresas e serviços públicos são os maiores empregadores e a expressiva maioria concluiu a graduação, sem avançar na formação acadêmica. A maioria dos profissionais teve de trabalhar para se formar.

Página

5

Direita lidera pesquisas na Alemanha

Seguindo a onda conservadora que vem ganhando espaço no comando político das principais nações européias, a Alemanha poderá eleger Edmund Stoiber, da coligação CDU/CSU, nas eleições de 22 de setembro. A grande questão é se conseguirá colocar em prática as políticas reclamadas por setores do empresariado.

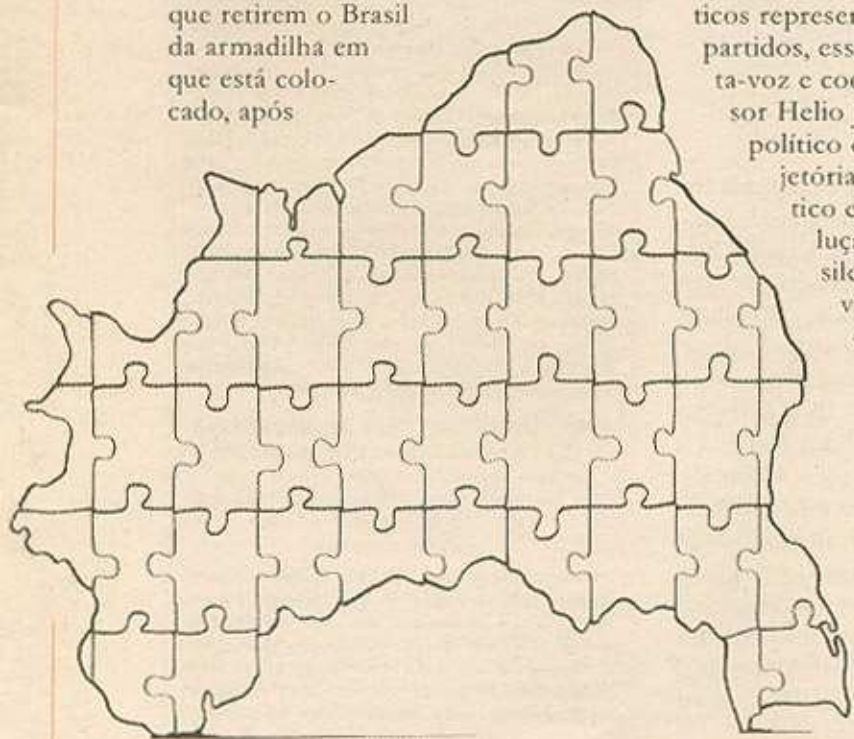
Página

13

Conselho oferece novas vantagens

Os profissionais registrados no Corecon-RJ passam a contar com novos benefícios oferecidos pela ampliação dos convênios firmados pelo Conselho com diversas instituições. Uma das novas ofertas é o desconto de até 45% nos preços de capas dos livros da Unicamp.

Encarte especial



EDITORIAL

CONSENSO A FAVOR DO BRASIL

Um documento preparado por um grupo representativo da vida política brasileira, com apoio de uma equipe de técnicos e intelectuais, alerta para o fato de que o Brasil precisa corrigir, nas próximas duas décadas, as enormes distorções e desequilíbrios econômicos e sociais, que hoje despejam nas ruas cerca de 50 milhões de pessoas destituídas dos mais simples e elementares direitos, como alimento, moradia e trabalho.

Se essas mazelas não forem logo corrigidas, o país corre sério risco de perder a sua soberania e tornar-se uma nação sem rumo próprio, satélite dos caminhos que forem trilhados pelos EUA. Este grupo, que se intitula Comitê de Consenso Nacional, tem como coordenador o professor Hélio Jaguaribe, o entrevistado desta edição.

Neste número, em celebração ao Dia do Economista, transcorrido no último 13 de

agosto, o *JE* traz a seus leitores os resultados da pesquisa realizada, em âmbito nacional, pelo Cofecon, que revela o perfil do economista. Apesar da crescente presença da mulher nos mercados de trabalho, entre economistas o gênero feminino ainda não alcançou um quinto dos profissionais em atuação.

Um tema muito importante também presente nesta edição é a iniciativa de uma série de entidades pela formação do Fórum Brasil de Orçamento, que realize, em âmbito nacional, o que já vem sendo feito em vários municípios do país: as entidades e movimentos sociais monitorando e buscando influir diretamente na alocação e na gerência dos recursos públicos. Uma forma de se evitar desmandos como os praticados por certos governantes, que primam por deixar o caixa do tesouro vazio ou o orçamento totalmente comprometido para o sucessor.

Uma boa leitura. ■

BIBLIOTECA DO CORECON

Inaugurada em setembro de 1985, a Biblioteca Eginardo Pires funciona de segunda à sexta-feira no horário das 10h às 17h. Os associados do IERJ e os profissionais com registros atualizados no Sindicato dos Economistas e no Conselho Regional de Economia têm direito ao empréstimo domiciliar dos livros, havendo o limite de até cinco títulos, com o prazo máximo para devolução de 30 dias.

O acervo possui atualmente 2.750 publicações (livros, periódicos especializados e obras de referência), além de 435 fitas de vídeos (gravados em seminários, debates e congressos). Os assuntos mais encontrados no acervo são:

História do Pensamento Econômico, Economia Brasileira, Economia Política,

Economia do Setor Público, Economia Internacional e Economia Monetária. Há também publicações nas áreas de Direito, Administração, Sociologia e História.

A Biblioteca dispõe ainda dos seguintes periódicos especializados: América Latina e Caribe – CEPAL; Conjuntura Econômica – FGV; Texto para Discussão – BNDES; Ensaios Econômicos – FGV; Política Externa – USP/IEEI; Pesquisa e Debate – PUC/SP; Revista de Economia Política; e Revista Brasileira de Comércio Exterior, além do jornal Gazeta Mercantil e Jornal do Commercio, diariamente à disposição dos interessados.

Associados e profissionais registrados nas entidades de economia do Rio de Janeiro podem se cadastrar na Biblioteca e fazer bom uso e proveito do espaço e do acervo. ■

JORNAL DOS
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Renácio Gonçalves • Edição: Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro • Telefone: 2232-8178 • e-mail: coreconrj@alternex.com.br • homepage: http://www.economistas.com.br

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Lorendano • Projeto gráfico: André Lipomani, José Mira e Marcelo Paiva • Editoração eletrônica: André Lipomani • Fotoarte e impressão: Tipológica • Tiragem: 15.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900
Telefone: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconrj@alternex.com.br
Homepage: http://www.economistas.com.br

Presidente: Ronaldo Ranny Rangel • Vice-presidente: João Manoel Gonçalves Barbosa • Conselheiros Efetivos: Angela Maria Puppim Buzanovsky, Francisco Bernardo Karem, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Arthur Câmara Cardoso, Eduardo Carnos Scaletsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Manoel Behnen, Mário Luiz Freitas, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Trize de Maio, 23 • Grupos 1601/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefone: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascouito da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Ademar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Manoel Behnen, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Melo de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibirigá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gacioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibelli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benji Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro RJ • Centro • Cep 20054-900 • Tel.: (21)2539-1077
Telefone: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretora Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassidato, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mário Cordero de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibelli, Renata Leite Primo Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvo Renato Paes de Figueiredo.

DUAS VISÕES

O RISCO BRASIL EM DEBATE

Exagerado ou não?
Criterioso ou não?
Por que o risco Brasil é tão alto?

Para esta edição, o *JE* buscou a opinião dos economistas João Paulo de Almeida Magalhães, professor da UFRJ, e Alberto Furugem, consultor e ex-diretor do Banco Central, sobre um tema muito em moda: o chamado risco Brasil, com as avaliações feitas pelas agências de classificação de risco.

JE - *As avaliações do Risco Brasil estão exageradas? Por quê?*

João Paulo - Pelo menos da perspectiva de prazo médio as avaliações do risco Brasil são exageradas, porque não consideram o que se pode chamar de "efeito baleia". Isto é, em países de dimensão continental, situações de crise podem, paradoxalmente, ter efeito positivo. Assim, durante a Grande Depressão (1930 - 1939) a indústria brasileira cresceu à taxa anual de 5,3%. Ou seja, pelo menos da perspectiva de prazo médio as avaliações do risco Brasil pecam por não reconhecerem a capacidade de reação às crises de país com as características do Brasil.

Furugem - Sim. Penso que as avaliações do Risco Brasil estão exageradas, pois sugerem elevado risco de *default* sobre a dívida externa, que me parece muito reduzido, principalmente após o anúncio do novo acordo com o FMI, prevendo recursos adicionais de US\$ 30 bilhões, além de US\$

7 bilhões oriundos do Banco Mundial e do Banco Interamericano. O mais significativo nesse acordo é que o governo George W. Bush, finalmente, parece ter-se dado conta de que países da dimensão do Brasil não podem quebrar, pois isso não interessa a ninguém, a começar pelos credores externos.

JE - *A forma de definir o Risco Brasil é criteriosa?*

João Paulo - Coloco-me entre os que acreditam ser a elevada taxa de juros Selic (hoje, em 18%) não efeito, mas a causa do elevado risco Brasil. O aplicador estrangeiro interpreta a disposição do nosso Banco Central de pagar juros extremamente altos como reconhecimento da elevada probabilidade de *default* da dívida. Se válida essa interpretação, o risco Brasil não é calculado de forma criteriosa, por ter como base erro de política econômica de nossas autoridades monetárias.

Furugem - As agências de *rating* possuem critérios que são aplicados a um grande número de países. Metodologicamente, é difícil aplicar critérios diferenciados para cada caso. A consequência prática é que podem aparecer resultados bastante distanciados da realidade.

Se o Brasil estivesse tão mal, como sugerem os últimos números sobre o risco Brasil, não teríamos recebido um volume tão elevado de investimentos diretos, que mesmo em 2002 deverá superar US\$ 15 bilhões, uma cifra nada desprezível.

JE - *O que produz o Risco Brasil?*

João Paulo - Fatos como o elevado

déficit de contas correntes, o elevado peso e curto prazo de nossa dívida externa, o excessivo ônus colocado pelo serviço desta sobre a receita das exportações, e assim por diante. O risco Brasil é sobre-avaliado

também por inexistir proposta satisfatória para resolver o problema. As soluções oferecidas vão pouco além de medidas convencionais de estímulo às vendas externas, quando o correto seria o que a Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), com base na experiência dos países asiáticos, chamou de política de "industrialização exportadora" e que, em trabalho recente, mostrei dever ser comandada por empresas privadas nacionais apoiadas pelo BNDES.

Furugem - O Brasil ainda exporta muito pouco, comparativamente ao tamanho da sua economia e, principalmente, ao volume de seus compromissos a curto e médio prazos, com pagamento de juros e amortizações da dívida externa. A solução é gerar saldos comerciais maiores (US\$ 10 bilhões/ano ou mais), de preferência com aumento das exportações. O crescimento da dívida pública, como proporção do PIB, também tem gerado preocupação. A saída possível é crescer mais, reduzir os juros reais e manter razoável superávit primário (entre 3% e 4% do PIB). ■



João Paulo de Almeida Magalhães



Alberto Furugem

DICAS E VERBETES

DÍVIDA EXTERNA E SÍTIOS DE REDES

Ceci Juruá*

Obras e páginas da internet que mostram visões e propostas alternativas a respeito da América Latina e sua inserção no processo de globalização

CARLOS MARICHAL. *Historia de la Deuda Externa de América Latina.* Alianza Editorial S.A. Madrid, 1988

O livro apresenta uma visão geral das principais crises financeiras da América Latina, da Independência à Depressão dos anos de 1930. O autor desenvolve o conceito de "ciclo creditício", constituído por uma fase de endividamento e prosperidade à qual se segue um período recessivo com interrupção da cadeia de pagamentos. CM considera as classes proprietárias latino-americanas e os banqueiros estrangeiros como "principais protagonistas e beneficiários do endividamento externo".

MARCOS ARRUDA. *Dívida E(x)terna.* Editora Vozes, Petrópolis/Rio de Janeiro, 1999

O livro é constituído por três ensaios. No primeiro, o autor desenvolve sua visão histórica do endividamento brasileiro. O segundo trata dos capitais especulativos manipulados por grandes bancos, empresas e fundos financeiros que promovem a crise cambial e financeira. No terceiro, são analisados programas de

ajuste aplicados aos países periféricos pelas agências multilaterais, em tempos de hegemonia estadunidense apoiada em "uma arma mais poderosa do que seus exércitos: trata-se de seu poder virtualmente ilimitado de emitir a moeda que serve de divisa internacional".

ARNAUD ZACHARIE E ERIC TOUSSAINT (orgs). *Le Bateau Ivre de la Mondialisation.* CADTM-Comité pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo/Syllepse, Bruxelas, 2000.

Eric Toussaint, historiador e cientista político, é presidente do CADTM - Comité pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, e seu companheiro na organização desse livro, Arnaud Zacharie, é um especialista em Relações Internacionais e membro do corpo técnico do CADTM. O livro apresenta um conjunto de estudos aplicados, sobre os efeitos nocivos do endividamento externo e dos programas de ajuste estrutural impostos às economias da América Latina, África e Ásia, e defende a tese da necessidade de cancelar as dívidas do Terceiro Mundo.

Internet

<http://users.skynet.be/cadtm> - Espaço do Comité pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, rede internacional que desenvolve estudos sobre as relações Norte-Sul, os efeitos do endividamento e dos programas de ajuste na qualidade de vida dos povos.

<http://www.attac.org> - Espaço da ATTAC - Associação para a Tributação sobre Transações Financeiras e de Apoio ao Cidadão, movimento de educação popular criado na França, em 1998, e presente atualmente em mais de 30 países. Attac é uma das oito entidades res-

ponsáveis pela organização do Fórum Social Mundial e no site podem ser encontrados trabalhos apresentados no FSM, em várias línguas. Particularmente importantes são os estudos desenvolvidos pelo Comité Científico da Attac/França sobre temas da atualidade, com ênfase nos efeitos mundiais produzidos pela globalização financeira. ■

* Coordenadora do Núcleo de Estudos Temáticos do Attac-RJ

Verbetes*

- **GLOBAL SOURCING.** Expressão em inglês que designa o processo de abastecimento de uma empresa através de fornecedores que se encontram em várias partes do mundo, cada um produzindo e oferecendo as melhores condições de preço e qualidade naqueles produtos onde cada qual tem maiores vantagens comparativas. Este processo de fornecimento de produtos em escala global tem sido facilitado pelo enorme desenvolvimento das comunicações e novas tecnologias de transporte associado ao intenso barateamento de ambos os processos. Veja também *Vantagens Comparativas*.
- **TRIMs.** Iniciais de *Trade Related Investment Measures* - Medidas de Investimento Relacionadas com o Comércio; denominação de um acordo desenvolvido no âmbito da Rodada Uruguai do Gatt, estabelecendo que qualquer medida de investimento relacionada com o comércio tem que respeitar os dispositivos aprovados anteriormente pelo Gatt. Veja também, Gatt; Omc.
- **CLÁUSULA DE NAÇÃO MAIS FAVORECIDA.** Cláusula existente em tratados de comércio, através da qual dois países estabelecem vantagens mútuas entre si, diferenciando-se em relação a todos os demais países.
- **REUNIÃO DE CÚPULA DAS AMÉRICAS.** Também chamada de Cúpula de Miami, foi uma reunião realizada na cidade homônima da qual participaram 34 países da América (com exceção de Cuba, que não foi convidada) e que lançou a proposta de organização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A Declaração de Princípios desta reunião deu destaque à preservação da democracia na região considerada condição indispensável ao bom relacionamento entre os países e o bem-estar das populações. A Declaração reafirmou também a disposição em erradicar do continente a pobreza e a discriminação, e a promover o desenvolvimento sustentável, conservando o meio ambiente para as gerações futuras. Veja também, *Alca; Desenvolvimento Sustentável*. ■

* A coluna Verbetes é uma contribuição do professor Paulo Sandroni, da FGV/SP, autor do "Novíssimo Dicionário de Economia". Contatos: novissimo@zipmail.com.br

PERFIL DO ECONOMISTA Gisele Rodrigues*

HOMEM, BRANCO E QUARENTÃO

Pesquisa inédita realizada pelo Conselho Federal de Economia revela o perfil do economista no Brasil

Para tentar traçar um perfil do economista brasileiro, verificar sua formação acadêmica e a situação de seu mercado de trabalho, além de obter informações a respeito do modo como avalia a conjuntura econômica e suas perspectivas, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) fez uma pesquisa em todo território nacional. Procurou também saber dos economistas o que esperam de suas entidades representativas (Cofecon e Corecon's), de forma a se ter uma base consistente de orientação ou reorientação de suas iniciativas.

Foi a primeira tentativa desse tipo feita em âmbito nacional para a categoria dos economistas. Os resultados foram bastante elucidativos. Os dados foram discriminados também por regiões, mostrando, eventualmente, significativas discrepâncias. Toda a pesquisa cobre um certo período de tempo, o que, obviamente, condiciona opiniões e expectativas à conjuntura imediata.

Realizada em 1996, dois anos depois do Plano Real – quando estavam se consolidando seus resultados indiscutivelmente positivos, ou seja, a estabilidade dos preços. Ainda não pareciam especialmente preocupantes os seus sinais negativos, como baixo crescimento e alto desemprego. Já havia, contudo, entre os economistas, a preocupação com o crescente endividamento e com os déficits fiscal e da balança comercial.

Os dados, contudo, só foram publicados em maio de 2001 e os resultados da pesquisa ainda continuam desconhecidos da grande maioria dos economistas. Esses dados foram coletados por intermédio de formulário básico encaminhado por mala direta. O Cofecon enviou para cada es-

tado um número de formulários que cobria o universo de economistas registrados nos respectivos Corecon's.

A exceção ficou por conta dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, onde foram utilizadas amostras estatísticas simples estabelecidas aleatoriamente. O grau de cobertura chegou a 26,5% dos economistas inscritos – o que implicou na distribuição de 4 mil questionários, em São Paulo, e 3.954, no Rio de Janeiro.

A seguir, os principais resultados da pesquisa em nível nacional.

Perfil profissional

Sexo – Apesar da participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 80, a economia ainda é uma profissão basicamente masculina – 82,3% dos economistas homens e 17,7%, mulheres.

Raça – A grande maioria dos economistas (84,7%) é da raça branca, seguindo-se a parda

(11%), negra (2,6%), amarela (1,6%) e indígena (0,1%).

Faixa Etária – A idade média do economista é de 42,4 anos. Há uma forte concentração de profissionais (65,3%) nas faixas etárias de 30 a 39 anos (31,8%) e de 40 a 49 anos (33,5%). Há um contingente importante de economistas, também, na faixa de 50 a 59 anos (20,1%).

Influência Familiar – Ao contrário do que ocorre em medicina e direito, a profissão da mãe ou do pai não parece ter sido um fator importante para a escolha da profissão. Prova disso é que 73,7% dos economistas são filhos de pais que não tinham o curso superior completo – o que, paralelamente, é um indicador setorial relevante de forte mobilidade social no Brasil em décadas passadas.

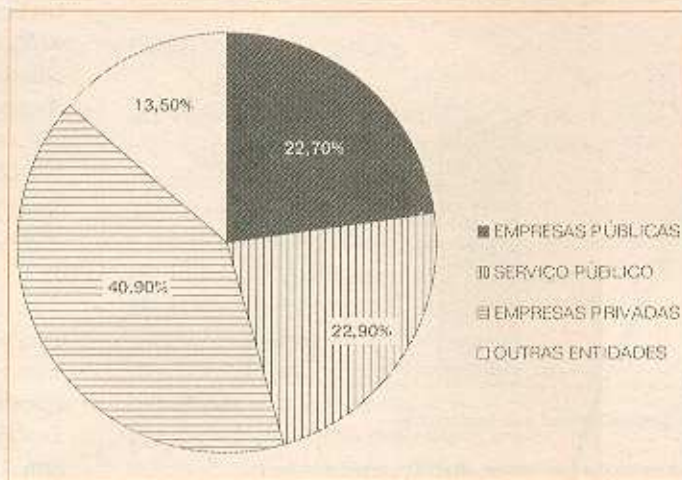
Razões para a Escolha da Profissão – O principal motivo indicado para a escolha da profissão foi afinidade intelectual (43%). Em segundo lugar, mas bem distante, a expectativa de boas ofertas de emprego (15,5%).

Trabalho na Graduação – A maioria dos profissionais trabalhou em horário integral durante a maior parte do curso (57,4%). Um contingente bem menor, porém expressivo (18,1%), trabalhou em horário parcial durante a maior parte do curso. 12,8% trabalharam em horário parcial durante parte do curso e 5,6% em horário integral durante parte do curso. Apenas 6,1% não precisaram trabalhar.

Formação Acadêmica – Os economistas fizeram em geral o bacharelado ou apresentam algum grau de especialização (92%). Completaram o mestrado 6,3% e concluíram o doutorado 1,7% dos profissionais.

Instituição em que se formou – A graduação foi em instituições

LOCAL ONDE EXERCE OCUPAÇÃO PRINCIPAL



particulares (53%) e públicas (46,9%) do país. Apenas 0,1% no exterior.

Mercado de trabalho

Ocupação Principal - O contingente mais numeroso é formado por empregados (46,3%). A seguir aparecem funcionários públicos civis e militares (26,9%), empregadores (10,4%) e autônomos (9,6%).

Exercício da Profissão - Quanto ao exercício da profissão, 36,4% responderam que a atual ocupação está relacionada ao curso de economia, 44,7% a consideram parcialmente relacionada e 18,9% acham que não há nenhuma relação entre o que fazem e as tarefas do economista.

Atividade Mais Freqüente - As atividades que os economistas exercem com mais freqüência (31,3%) são planejamento ou gestão financeira e planejamento ou gestão empresarial. Áreas de conhecimento utilizadas mais freqüentemente estão relacionadas a preços e inflação, mercado financeiro, economia regional e finanças públicas.

Empresa ou Instituição em que Exerce Ocupação Principal - O setor público continua sendo o principal empregador dos economistas brasileiros (45,6%), através das empresas públicas (22,7%) ou do serviço público (22,9%). Mas, as empresas privadas (nacionais e multinacionais) também são empregadores muito importantes (40,9%). Outras empresas ou instituições (entidades empresariais) respondem por 13,5% dos empregos.

Setor de Atividade - Por setores, fica evidente a grande importância relativa que têm a administração pública (15,4%), indústria

(12,3%), intermediação financeira e seguro (11,3%) e educação e saúde (8,2%). Mais de 47% dos economistas exercem suas atividades nesses quatro setores.

Mudança de Emprego - O economista não parece mudar de emprego com freqüência. Pela pesquisa, desde a graduação ele mudou de emprego, em média, apenas 2,8 vezes - o que pode ser considerado baixo para uma economia caracterizada por elevados graus de rotatividade da força de trabalho.

Jornada de Trabalho - Os economistas vivem praticamente de sua ocupação principal (79,2%).

Rendimento Mensal - O economista pode ser considerado um profissional razoavelmente bem remunerado no Brasil. Seu rendimento médio mensal é de R\$ 3.756,60. O rendimento mais freqüente se situa entre mais de R\$ 2.240 e R\$ 5.600, tendo como mediana R\$ 2.560,80.

Rendimento Mensal/Experiência Profissional - A experiência profissional parece ter peso importante na remuneração obtida. Prova disso é que os economistas jovens (até 29 anos) recebem em média R\$ 1.780,00. Os de meia idade (mais de 30 a 49 anos) R\$ 3.557,30 e os mais experientes (50 anos e mais) R\$ 5.113,20. Ou seja, o economista de meia idade ganha duas vezes mais do que os mais jovens. E o economista mais experiente recebe quase 45% acima do profissional de meia idade.

Rendimento Mensal/Ocupação Atual - O profissional mais bem remunerado é, em geral, o empregador, que apresenta um rendimento médio mensal de R\$ 5.921,10. Em seguida, empregado com carteira assinada (R\$ 3.832,50) e autônomo (R\$ 3.799,50). O funcionário público não apresenta uma situação salarial favo-

rável quando comparado com os economistas que têm outras ocupações. Seu rendimento mensal é de R\$ 3.038,10. Ou seja, o funcionário público ganha quase 20% menos do que o rendimento médio mensal da categoria.

Rendimento Mensal/Formação Acadêmica - Como é previsível, o grau de formação acadêmica influi no rendimento mensal do economista. Os que têm bacharelado ganham em média R\$ 3.397,10. Os com mestrado, R\$ 4.248,80 e com doutorado, R\$ 5.819,60. Os mestres ganham em média 25% acima dos bacharéis. E os doutores percebem 37% mais do que os mestres.

Perfis comparativos homens e mulheres

Idade Média - As mulheres são, em geral, mais jovens do que os homens, tendo por isso entrado no mercado de trabalho mais tarde. A idade média da economista é de 37 anos. Entre os homens, 43,6.

Remuneração Mensal - O fato de terem menos experiência profissional (graduação cinco anos mais tarde e menor tempo de permanência no emprego) pode explicar, pelo menos em parte, o fato de as mulheres ganharem menos do que os homens. Seu salário médio mensal, em 96, era de R\$ 2.274,30, enquanto o dos homens alcançava R\$ 4.069,20 - diferença de cerca de 79%.

Orçamento Doméstico - Como ganham menos, as mulheres dão uma contribuição menor (embora relevante) para o orçamento doméstico. Enquanto 75,5% dos economistas contribuem com a totalidade ou a maior parte das despesas familiares, no caso das mulheres tal participação chega a 35,2%.

Evolução Profissional - As mulheres se revelam um pouco mais pessimistas do que os homens no que diz respeito às suas expectativas pessoais de evolução profissional. Enquanto 55,2% dos homens as consideram boas ou ótimas, 49,6% das mulheres fazem a mesma aposta. Apenas 9,1% dos homens acham suas expectativas profissionais ruins ou péssimas. No caso das mulheres o pessimismo é mais intenso, embora longe de ser predominante, alcançando 13,3% das economistas.

* Economista da Petrobras

Nota - Os que se interessarem pelos pormenores da pesquisa, inclusive as tabulações completas, podem procurar o próprio Conselho Federal, através do correio eletrônico: cofecon@org.com.br.

EXPECTATIVA COM RELAÇÃO À ATUAÇÃO DAS ENTIDADES



- Promoção da oferta de cursos de especialização e reciclagem profissional e de formação de empreendedores
- ▨ Avaliação e promoção da melhoria do ensino de economia na capital e no interior, através de maior articulação com departamentos de economia das instituições acadêmicas e órgãos de governo
- Criação de programas de colocação e recolocação no mercado de trabalho e de suporte ao surgimento de microempresas
- ▤ Consolidação de um banco de informações básicas e de questões prioritárias para a categoria em relação ao exercício da profissão, aos órgãos de representação e ao mercado de trabalho
- ▥ Preservação e ampliação dos espaços de trabalho e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização sobre o exercício cotidiano da profissão

PLEBISCITO NACIONAL

HORA DE DIZER NÃO À ALCA

JE publica discurso feito pelo índio Guaicaípu Cuatemoc em Madri

No próximo mês, entre os dias 1 e 7, estará sendo realizado o plebiscito nacional sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), organizado por dezenas de entidades e instituições do porte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As expectativas são de que, pelo menos, 10 milhões de pessoas participem, dando sua opinião sobre as seguintes questões: o governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?; o governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?; o governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a base de Alcântara – para controle militar dos EUA?

O objetivo do plebiscito é dar voz à sociedade brasileira sobre a iniciativa dos EUA em praticamente impor o acordo sobre a base de

lançamento de foguetes, no Maranhão, e a constituição da Alca, que, na prática, significará cancelar a autonomia e soberania do Brasil, deixando o país à mercê dos interesses das grandes corporações estadunidenses. Com o resultado do plebiscito espera-se uma maior base de pressão sobre o governo FHC, que tem se mostrado dócil perante as pressões do governo de George W. Bush.

Há dois anos, nesta mesma época, foi realizado o plebiscito nacional sobre a dívida externa, com a participação de 6 milhões de pessoas, cujo resultado apontou mais de 90% favoráveis à realização de uma auditoria que certifique o que já foi pago dessa dívida e aponte a destinação dada aos recursos tomados no exterior, bem como os responsáveis por esses empréstimos.

A questão da dívida brasileira permanece no centro do debate econômico, como um dos principais eixos da discussão. Os candidatos de oposição que disputam a presidência da República não têm deixado claro para o eleitorado o que pretendem fazer em relação ao débito, que é um dos marcos da chamada “fragilidade ou vulnerabilidade externa do país”, que até o próprio candidato do governo admite.

Para subsídio à reflexão, o JE publica, a seguir, o discurso do índio Guaicaípu Cuatemoc, cacique de uma nação indígena da América Central, pronunciado na Conferência dos Chefes de Estado da União Europeia, Mercosul e Caribe, em maio último, em Madri, que deixou mudos todos os presentes, inclusive, o presidente brasileiro.

A dívida dos irmãos europeus

“Aqui estou eu, descendente dos que povoaram a América há 40 mil anos, para encontrar os que a encontraram só há 500 anos. O irmão europeu da aduana me pediu um papel escrito, um visto, para poder descobrir os que me descobriram. O irmão financista europeu me pede o pagamento, com juros, de uma dívida contraída por Judas, a quem nunca autorizei que me vendesse.

Eu também posso reclamar pagamento e juros. Consta, no Arquivo das Índias, que somente entre os anos 1503 e 1660 chegaram a São Lucas de Barrameda 185 quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata provenientes da América. Teria sido isso um saque? Não acredito porque seria pensar que os irmãos cristãos faltaram ao Sétimo Mandamento! Teria sido espoliação? Guarda-me Yanatzin de me convencer que os europeus, como Caím, matam e negam o sangue do irmão. Teria sido genocídio? Isso seria dar crédito aos caluniadores, como Bartolomeu de Las Casas ou Arturo Uslar Pietri, que afirmam que a arrancada do capitalismo e a atual civilização europeia se devem à inundação de metais preciosos!

Não, esses 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata foram o primeiro de outros empréstimos amigáveis da América destinados ao desenvolvimento da Europa. O contrário disso seria presumir a existência de crimes de guerra, o que daria direito a exigir não apenas a devolução, mas indenização por perdas e danos.

Prefiro pensar na hipótese menos ofensiva. Tão fabulosa exportação de capi-

tais não foi mais do que o início de um plano Marshalltesuma, para garantir a reconstrução da Europa arruinada por suas deploráveis guerras contra os muçulmanos, criadores da álgebra, da poligamia, do banho diário e outras conquistas da civilização.

Para celebrar o quinto centenário desse empréstimo, poderemos perguntar: os irmãos europeus fizeram uso racional desses fundos? Não. No aspecto estratégico, dilapidaram nas batalhas de Lepanto e outras formas de extermínio mútuo. No aspecto financeiro foram incapazes, depois de uma moratória de 500 anos, de cancelar o capital e seus juros. Este quadro corrobora a afirmação de Milton Friedman, segundo a qual uma economia subsidiada jamais pode funcionar, e nos obriga a reclamar-lhes o pagamento do capital e dos juros.

Mas não cobraremos de nossos irmãos europeus vis e sangüinárias taxas de 20% e até 30% de juros. Nosso limite é exigir a devolução dos metais preciosos, acrescida de um juro módico de 10%, acumulado apenas durante os últimos 300 anos. Sobre esta base, e aplicando a fórmula europeia de juros compostos, informamos aos descobridores que eles nos devem 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de prata, multiplicados por 300, isso quer dizer um número para cuja expressão total seriam precisos mais de 300 cifras, e que supera o peso total do planeta Terra.”

O RISCO DO BRASIL PERDER O FUTURO

O ditado que tanto ouvimos na infância – “Brasil, o país do futuro” – hoje pode não ser mais verdade. O professor Hélio Jaguaribe, cientista e decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPS), alerta para o fato de que, se o Brasil não conseguir, nos próximos 20 anos, níveis consideráveis de crescimento econômico, bem estar social e retomada da soberania nacional, o destino será de “um país de escravos”, “segmento anônimo do mercado internacional, dirigido por forças exógenas, multinacionais”.

Com base nessas preocupações, o IEPS convidou personalidades representativas do cenário político nacional, mais uma representação suprapartidária: o professor Celso Furtado. Com o apoio de uma equipe técnica, de reconhecido mérito e suporte intelectual, constituiu-se o Comitê de Consenso Nacional, que acaba de concluir a versão final de um documento propondo grandes metas nacionais que possam ser alcançadas até 2020 e, desta forma, evitar que o Brasil perca o seu futuro.

O JE ouviu o professor Jaguaribe para saber suas idéias e as propostas do Comitê. A seguir, a edição da entrevista, cuja íntegra pode ser lida na internet.

Jornal dos Economistas – O Brasil tem futuro?

Hélio Jaguaribe – O processo de globalização, de modo geral, com a pressão de uma superpotência como os EUA, cada vez mais unilateral, as ações das grandes potências, que têm influências decisivas sobre organismos internacionais, como a OMC* e o FMI**, tudo isso está contribuindo para reduzir drástica e aceleradamente o espaço de permissibilidade internacional de que ainda dispõem os países emergentes. O futuro brasileiro está se estreitando. Se o Brasil não conseguir, num prazo que estimo não superior a 20 anos (historicamente um prazo curto), superar o seu subdesenvolvimento e se instalar de forma autônoma e sustentável em um patamar razoável de desenvolvimento social, econômico e tecnológico, não o fará mais. Será convertido em um segmento anônimo do mercado internacional, dirigido por forças exógenas - multinacionais, grandes potências - em que as autoridades brasileiras terão apenas o exercício da soberania de fachada. Terão o espaço de manobra totalmente reduzido por constrangimentos insuperáveis. Isso já

se pode fazer sentir em grande medida. É óbvio que nessa situação por mais algum tempo, esse país desaparece como país autônomo.

JE – *O senhor considerava que o subdesenvolvimento tem três marcas: marginalidade, estagnação e dependência. Elas estão novamente presentes, não?*

HJ – O nosso subdesenvolvimento continua. O de hoje, em primeiro lugar, é social. O Brasil já tem um parque industrial e equipamentos tecnológicos de uma potência média. Diria que não temos nada a perder, do ponto de vista puramente econômico e tecnológico, em relação a países como Espanha e nos aproximamos bastante da Itália. A Itália ainda está melhor, mas Espanha está em nosso nível. Está muito melhor no nível social. O nosso é gravíssimo. Herdamos do passado colonial, e de toda série de procedimentos econômicos que marcaram nossa história, uma formação social caracterizada por um abismo que separa setores superiores dos inferiores. 30% dos brasileiros, hoje, têm níveis de educação, vida e renda equivalentes a um país civilizado. Mas 30% são Calcutá. Temos 50 milhões de miseráveis, indigentes, pessoas extremamente pobres. Enquanto isso subsistir, o Brasil não conseguirá ter unidade social.

JE – *Qual o impacto que a década de 90 teve sobre isso?*

HJ – Uma análise da década de 90, em geral, e particularmente do governo FHC, que ocupa a maior parte desta década, é complexa porque envolve dimensões muito diferentes. Acho Fernando Henrique o presidente mais qualificado que já existiu na história da República e possivelmente será o mais ou um dos mais qualificados chefes de governo e de Estado do mundo atual. Sem dúvida alguma, não conheço ninguém melhor do que ele. O governo dele, entretanto, não é tão bom quanto a qualificação dele.

JE – *Por que?*

HJ – Eu creio que há que reconhecer duas principais dimensões. De um lado, a margem de governabilidade do Brasil é muito modesta, e isso é muito importante. O que o presidente da República pode fazer é extremamente pequeno em relação ao

que ele gostaria de fazer. O custo de formar maiorias congressionais é muito elevado e sem essas maiorias não há governança. Há uma excessiva autonomia dos estados – os estados brasileiros, hoje, são quase países independentes. Há um excesso de independência dos estados em relação ao interesse nacional que precisa ser revisto. Há também excesso de independência do poder Judiciário. O governo Federal não tem um centavo, e se vai a Brasília e vê palácios de mármore e cristal construídos pelo Judiciário. Há uma abundância de verbas em favor do Judiciário, autodeterminada. A governabilidade brasileira, portanto, é muito modesta.

JE – *Mas apesar dessa baixa governabilidade, o governo FHC praticamente destruiu estruturas, vendeu o patrimônio sem qualquer óbice. Como se explica isso? E como o sr. analisa o momento, hoje, à luz dos textos que o sr mesmo escreveu no início dos anos 90, defendendo a reestruturação do Estado. Houve erros de caminho?*

HJ – Houve erro. No meu entendimento, Fernando Henrique é o genuíno social-democrata e ele queria empreender um grande projeto de desenvolvimento social, econômico e cultural no Brasil. Ele entendia, e a meu ver com razão, que para poder levar a efeito um projeto dessa envergadura era preciso pôr ordem na casa, ordem econômica - garantir estabilidade da moeda, estabilidade fiscal e, a partir dessa estabilidade, gerar superávits que pudessem permitir um grande projeto federal. Simplesmente isso não aconteceu, porque as medidas de estabilidade que foram adotadas pareciam ser de curto prazo e, afinal, a totalidade do governo se esgotou no esforço da estabilidade, que se conquistou à custa de preços muito elevados.

Creio que o principal erro cometido pelo governo Federal, nos dois mandatos de Fernando Henrique foi quando Gustavo Franco, de maneira completamente equivocada, sustentou por um longo período uma taxa cambial muito superior à realista, para a qual foi conduzido crescente endividamento externo, política de juros elevados para atrair capitais e, em suma, a sustentação de uma taxa cambial absolutamente desconexa com a realidade do país, superavaliada, prejudicou as exportações. O Brasil era um país com saldos de exportação e passou a ser deficitário, a depender de crescente ingresso de capi-

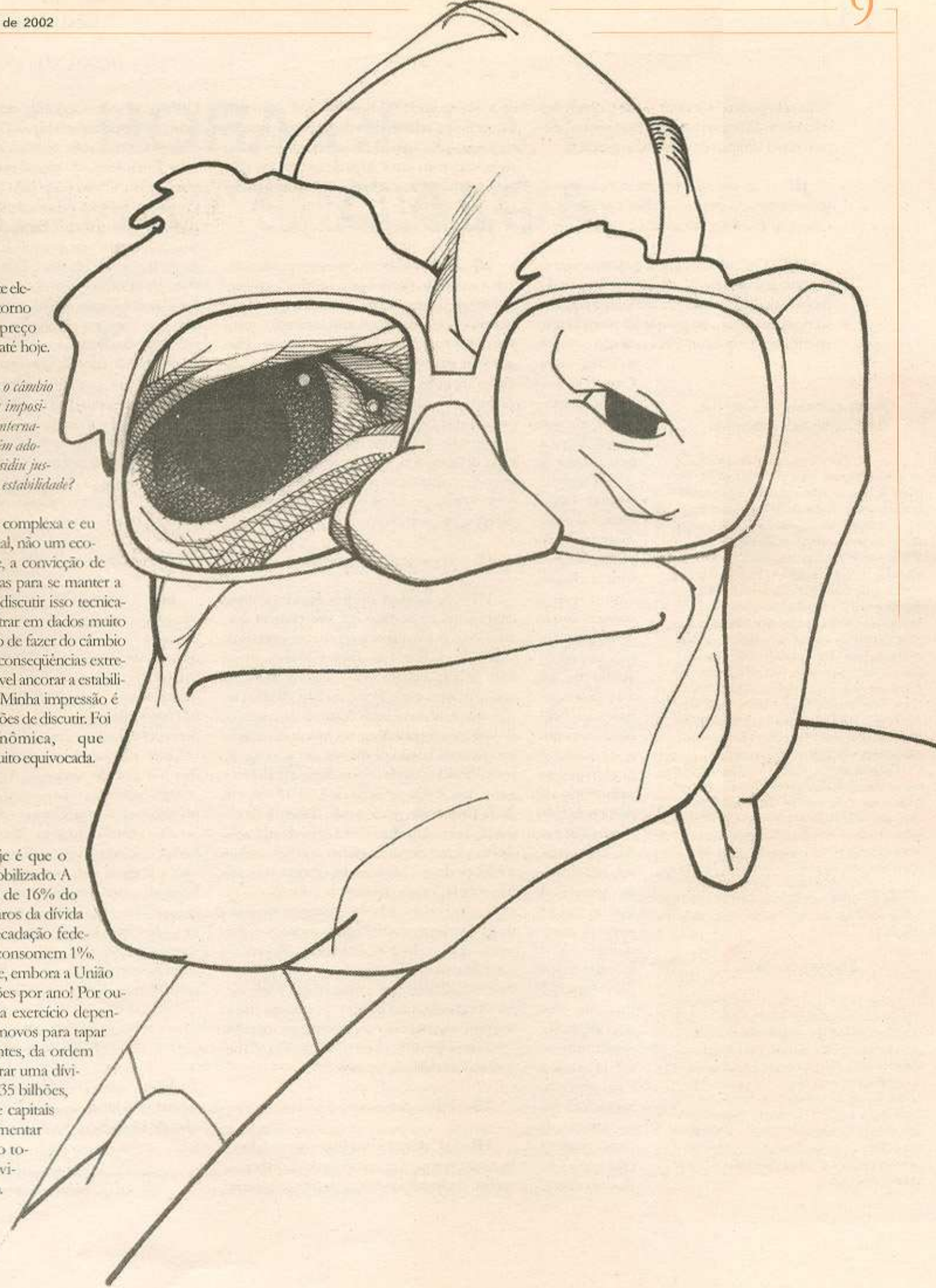
tal externo, a juros extremamente elevados. Toda a estabilidade em torno do câmbio fixo custou um preço altíssimo, que o governo paga até hoje.

JE - *O senhor considera que o câmbio fixo foi uma opção do governo ou imposição, embora suave, das agências internacionais, já que outros países também adotaram a mesma política? Não residiu justamente aí o sucesso inicial dessa estabilidade?*

HJ - Esta é uma questão complexa e eu sou um cientista político e social, não um economista. Tenho, pessoalmente, a convicção de que havia condições alternativas para se manter a estabilidade, mas não poderia discutir isso tecnicamente porque seria preciso entrar em dados muito técnicos da economia. A opção de fazer do câmbio a âncora da estabilidade gerou consequências extremamente negativas. Seria possível ancorar a estabilidade em outros mecanismos? Minha impressão é que sim, mas não tenho condições de discutir. Foi uma opção macroeconômica, que macrosocialmente resultou muito equivocada. Pagou-se um preço altíssimo.

JE - *E agora?*

HJ - O que acontece hoje é que o Brasil está completamente imobilizado. A União está arrecadando mais de 16% do PIB e, no entanto, a taxa de juros da dívida interna consome 35% da arrecadação federal. Os déficits da Previdência consomem 1%. Então, não há um centavo livre, embora a União arrecade mais de US\$ 80 bilhões por ano! Por outro lado, o Brasil termina cada exercício dependendo de ingresso de capitais novos para tapar buracos das transações correntes, da ordem de US\$ 20 bilhões, tem que girar uma dívida externa que consome US\$ 35 bilhões, ou seja, entre capitais novos e capitais antigos o país tem que movimentar US\$ 55 bilhões, que é quase o total das nossas exportações. Evidentemente, isso não dá certo.



Teria sido possível conduzir o país a condições diferentes? Eu creio que sim, mas o exame técnico disso ultrapassa a minha competência.

JE – *Estamos nos diagnósticos. Gostaríamos que o senhor apresentasse as idéias e propostas do Comitê de Consenso Nacional.*

HJ – Em primeiro lugar, esclarecer que o Comitê de Consenso Nacional trabalhou na dimensão do longo prazo. É muito difícil consenso de curto prazo, até porque há candidaturas conflitantes. O que convém a Lula não convém

a Serra ou a Ciro, e aí não haveria consenso. Agora, que tipo de Brasil a gente quer e como chegar lá? Aí pode haver consenso e vou dizer mais: se não houver, não vamos chegar.

Como estou convicto de que nosso país não tem um prazo acima de 20 anos para superar o seu subdesenvolvimento e se instalar num patamar satisfatório de desenvolvimento autônomo e sustentável, isso significa atravessar com projeto coerente de crescimento cinco quadriênios presidenciais, cada um com suas idéias. Somente uma ditadura, como a China, pode fazer projetos autoritários de longo prazo (e olhe que a China está crescen-

do a 7% ao ano). Como é possível a um país democrático, submetido a divergências naturais, agravadas pelo terrível desequilíbrio em nossa sociedade, com esses 30% de miseráveis, chegar a um rumo desejado? Só vejo uma solução.

JE – *Qual?*

HJ – Formar entre as correntes políticas do país e a opinião pública uma profunda convicção de que determinadas metas têm que ser garantidas em relação à economia, educação – grandes metas nacionais objetos de consenso. Para que essas metas sejam alcançadas, algumas condições mínimas têm que ser atendidas. Quais? Aí para o consenso, porque, a partir daí, cada partido dirá como fazer. Não se trata de um pensamento único. Isso não funciona num sistema democrático. Num sistema democrático pode-se ter metas e o reconhecimento de condições mínimas, e deixar ao debate público, aos partidos, etc., como elas vão ser atingidas.

JE – *E quais são essas metas?*

HJ – Se dividem em três grandes grupos: crescimento econômico que vise permitir que, até 2020, o país tenha uma economia equivalente à da Itália, de hoje, não daqui a 20 anos, mas a Itália de hoje já estaria muito bem; metas sociais que permitam que o Brasil, daqui a 20 anos, tenha um perfil social equivalente ao da Espanha, de hoje, não daqui a 20 anos. Ou seja, eliminação completa do bolsão de miséria, elevação significativa do nível de vida da população e poder chegar a uma renda *per capita* de US\$ 14 mil, em 2020. Finalmente, na dimensão cultural e educacional, manter a política de reforma da educação de base, feita pelo atual ministro, completando a totalidade da escolarização das crianças, com ênfase sobre educação secundária, educação técnica, seguindo o modelo das escolas técnicas alemãs, que demonstraram alta proficiência na formação de uma classe média técnica e eficiente. E, naturalmente, uma reforma universitária. Que melhore o nível atual, que é muito ruim. Essas metas são definidas no projeto do Comitê, tendo sempre como norma básica o incremento da nossa autonomia doméstica e externa. Para isso, são necessárias medidas de transição.

JE – *Como, por exemplo?*

HJ – O Comitê foi prudente nas medidas de transição, porque aí se aproxima do curto prazo e entram controvérsias difíceis de terem consenso.

Desse modo, viu o seguinte: vamos adotar medidas, sem especificar quais são, que reduzam o mais acelerada e mais significativamente possível a dependência do capital externo. Essa é a grande idéia. Como fazer, cada partido dirá e o Comitê não entrou nesses detalhes. Vamos estabelecer uma reforma fiscal, do crédito e de outros aspectos que permitam a redução do custo da inversão brasileira. Uma das coisas terríveis que aconteceu em nosso país, nesses últimos anos, é que o capital estrangeiro chegou aqui para comprar empresas, e não fazer empresas novas. Comprar empresas, simplesmente substituindo controle doméstico por controle externo. E por que? Porque o empresário brasileiro luta com juros de 20%, 25%, e o empresário estrangeiro tem juros de 1,5%. Então, o sujeito pega dinheiro europeu ou americano a 1,5% e aplica aqui, e o pobre do empresário daqui não tem condições de competir. Ora, é um país doído se não gera condições que protejam o seu nacional, em vez de proteger o estrangeiro.

JE – *Como fazer crescer a economia?*

HJ – O Brasil não conseguirá atingir as metas que se propõe, daqui a 20 anos, se não crescer a 7% ao ano. Os neoliberais vão dizer que as condições atuais só permitem crescer 2% ou 3%. Vamos, então, modificar as condições atuais. Os neoliberais consideram que os constrangimentos com os quais o Brasil se defronta são como forças da natureza. Não é verdade. Esses constrangimentos são alterados por decisão nacional. Agora, é preciso vontade política, conscientização, unidade e é preciso boa técnica. Estou convicto de que é possível alterar o conjunto de constrangimentos que estão estrangulando a economia nacional e liberá-la para um grande crescimento. Se não fizermos isto, estaremos perdidos. Vamos utilizar o que for necessário para garantir o crescimento e a soberania, que é o mais importante bem do país, entre todos os demais. Se não assegurarmos a soberania nacional, vamos virar um país de escravos. ■

* Organização Mundial do Comércio

** Fundo Monetário Internacional

Nota – Além do editor, participaram da entrevista Ceci Juraá, do Attac-RJ, e Paulo Passarinho, do Conselho Editorial do JE.

A íntegra da entrevista, com as opiniões do professor Hélio Jaguaribe sobre Aica e Argentina, pode ser lida na página dos economistas – www.economistas.com.br.

Quem compõe o Comitê de Consenso Nacional

O Comitê foi composto através de convites individuais feitos pelo Instituto de Pesquisas Sociais, com base na representação política, porém, sem caráter de delegação partidária.

Participam, pelo PT, o senador José Eduardo Dutra (Sergipe) e o deputado Aloisio Mercadante (São Paulo); PFL, o deputado José Carlos Aleluia (Bahia) e o deputado Eliseu Resende (Minas); PMDB, o deputado Michel Temer (São Paulo) e a deputada Rita Camata (Espírito Santo); PSDB, o senador Lúcio Alcântara (Ceará) e a deputada Ieda Crusius (Rio Grande do Sul); PDT, o senador Jefferson Perez (Amazonas); PSB, o senador Roberto Saturnino Braga (Rio de Janeiro), que depois entrou para o PT; PPS, o senador Roberto Freire (Pernambuco). Como representação independente, o professor Celso Furtado. O deputado Delfin Neto (PPB, São Paulo) foi convidado, mas recusou, alegando não ter tempo.

Foram realizadas reuniões mensais, no Hotel Nacional, em Brasília, e eleita uma comissão composta pelos parlamentares Aloisio Mercadante, Jefferson Perez, Rita Camata e Ieda Crusius para escrever o documento final, já aprovado, e que foi levado pelo Comitê ao presidente da República, e aos presidentes do Senado, Câmara, STF, partidos, candidatos à presidência da República, e instituições como ABL, Academia de Ciências, SBPC, CNBB e aos reitores das principais universidades brasileiras.

Equipe técnica

O Comitê é coordenado pelo professor Hélio Jaguaribe e o economista João Paulo de Almeida Magalhães, da UFRJ, mais: Armando Castellar, economista do BID; ministro Carlos Henrique Cardim, do Ibre; Cristóvam Buarque, ex-governador de Brasília; Ives Gandra, tributarista; Marco Aurélio Garcia, da secretaria de Cultura de São Paulo; almirante César Flores, ex-ministro; professor Luiz Pinguelli Rosa, da COPPE; e os embaixadores Oscar Lourenço Fernandes, economista e tecnólogo, e Samuel Pinheiro Guimarães, da área de política externa.

A CONTRIBUIÇÃO DE RICARDO TOLIPAN

A contribuição heterodoxa parece resgatar a ruptura já anunciada anteriormente, porém, devidamente esquecida pelo pensamento convencional

O pensamento econômico no Brasil, durante muitos anos, caracterizou-se por uma profunda reverência com o passado da própria ciência. Sobretudo, a partir do começo dos anos 70, houve um esforço acadêmico, principalmente na tradição que buscava opções distintas da teoria neoclássica, de relacionar o debate teórico aos autores identificados como precursores do próprio pensamento econômico.

Entre os diversos exemplos desse esforço encontra-se o resgate dos autores clássicos - Marx, Schumpeter, Keynes e Kalecki - nos trabalhos de Tavares (1978), Belluzzo (1980), Amadeo Swaen (1982), Possas (1983), Jobin (1984), Pires (1984), entre outros. A recuperação dos autores fundadores do pensamento econômico, ou ao menos de abordagens distintas à identificada como teoria neoclássica, era parte integrante da pesquisa que buscava construir um pensamento alternativo ao convencional. Teoria e História do Pensamento Econômico apresentavam-se quase como indissociáveis no pensamento heterodoxo.

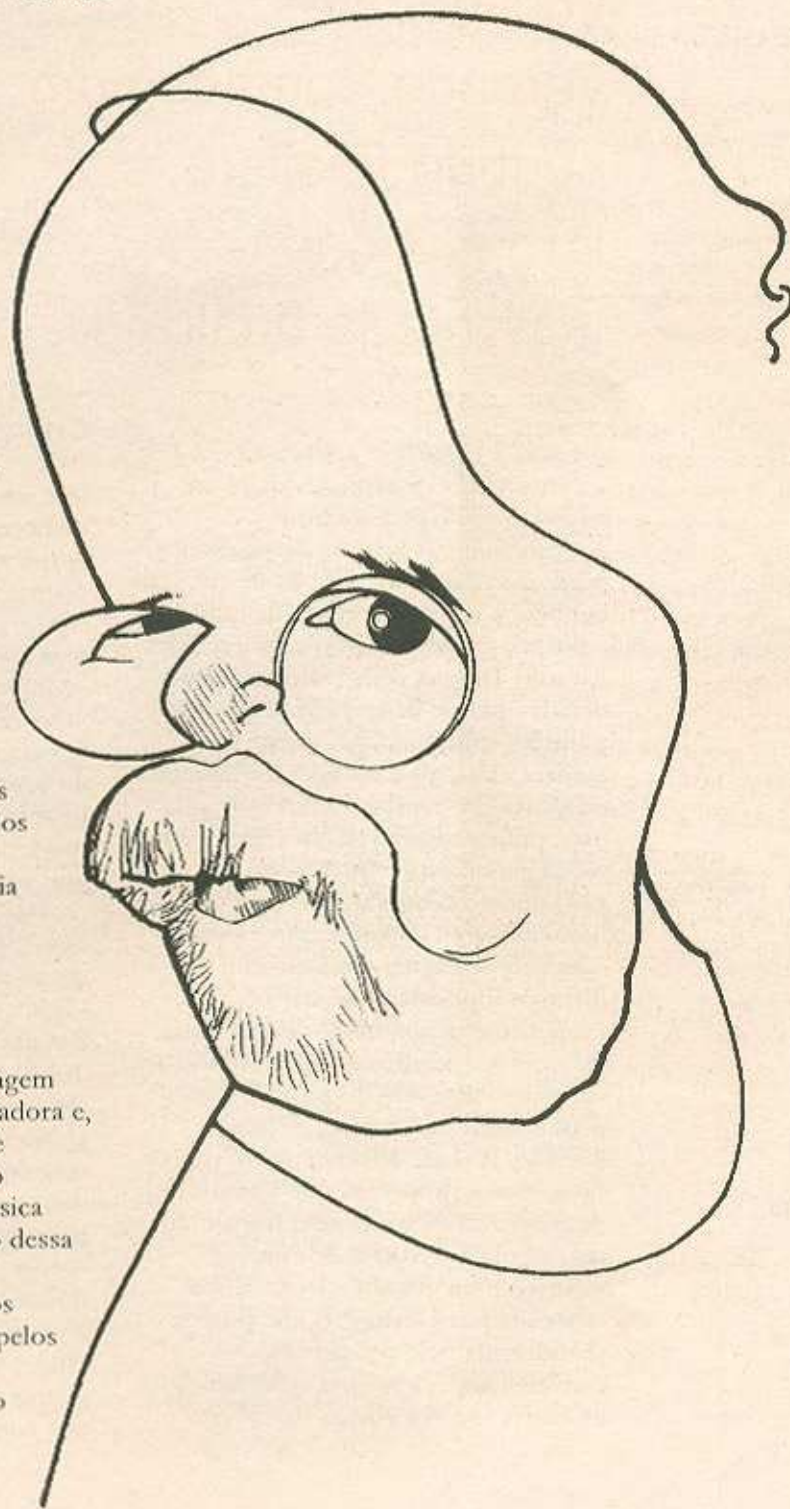
Talvez, subjacente a essa identificação, estivesse uma compreensão da construção teórica como definida a partir de hipóteses fundamentais, de visões de mundo que se manifestam na escolha de alguns conceitos ou abordagens, as quais, uma vez feitas, definem inexoravelmente os resultados obtidos. Não caberia, nesse caso, uma preocupação excessiva com os autores mais recentes que, em geral, apenas estariam elaborando sobre temas e

argumentos já definidos na própria fundação do pensamento econômico.

Essa integração entre a crítica à tradição neoclássica, a proposição de abordagens alternativas e o resgate de autores fundadores do próprio pensamento econômico parece caracterizar a tradição heterodoxa, no Brasil, nas décadas de 70 e 80, refletindo-se, inclusive, na organização dos cursos de graduação e mestrado de diversas escolas. A formação do economista passava, nessa tradição, pela leitura cuidadosa dos autores originais, procurando mapear os principais trabalhos, os debates considerados centrais e seus desdobramentos teóricos. A apresentação da teoria se confundia com a história do pensamento econômico.

Resgatar a ruptura

Há algo de curioso nessa abordagem que se propõe alternativa e inovadora e, simultaneamente, sugere a quase impossibilidade de superação do passado. A contribuição neoclássica recente, segundo a interpretação dessa abordagem, parece que deve, necessariamente, refletir aspectos fundamentais já sistematizados pelos primeiros autores da tradição. De forma similar, a contribuição heterodoxa parece que deve



“Ocorre que o pensamento científico é, em geral, um discurso com vocação de verdade, tomada com sentido finalista, isto é, a cada instante já finalizada”

resgatar a ruptura já anunciada anteriormente, porém, devidamente esquecida pelo pensamento convencional. A história do pensamento econômico, indissociável da teoria, seria também a forma adequada de construir a própria crítica da visão convencional. Ricardo Tolipan contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento dessa tradição, sobretudo no resgate dos autores clássicos e da sua interpretação proposta por Sraffa (1951, 1960), que exemplifica a inter-relação estreita entre teoria econômica e história do pensamento econômico na tradição heterodoxa. O debate à época sobre o conceito de capital utilizado em diversos modelos neoclássicos, usualmente denominado controvérsia do capital, é imediatamente referido aos autores fundadores do próprio pensamento econômico, incluindo Ricardo, Walras, Wicksell, entre outros.² Além disso, propõe-se que a resolução da controvérsia passa pelo resgate de uma teoria alternativa dos preços relativos e da distribuição de renda esboçada por David Ricardo, porém abandonada pelo pensamento convencional. A própria contribuição de Sraffa inclui a edição das obras

completas de David Ricardo, em cuja introdução já estão discutidos alguns aspectos depois retomados durante a controvérsia do capital, e a publicação de “Produção de mercadorias por meio de mercadorias”, que tem como subtítulo “Prelúdio para uma crítica de teoria econômica”, cuja introdução enfatiza a continuidade com os autores clássicos. Teoria, crítica do pensamento dominante e história do pensamento econômico parecem quase indissociáveis nessa tradição.

Crítica e ceticismo irônico

Em uma série de artigos publicados no começo dos anos 80, Tolipan apresenta o modelo de Sraffa, o resgate dos autores clássicos e discute o papel que deve ser desempenhado pela história do pensamento econômico.

“Ocorre que o pensamento científico é, em geral, um discurso com vocação de verdade, tomada com sentido finalista, isto é, a cada instante já finalizada. É Nietzsche quem adverte que a ciência é um ramo da explicação teológica do mundo (...), um discurso com a forte tendência a se exprimir como resultado e não como processo”. (Tolipan, 1990, pág. 8)

Essa tendência se realiza, segundo Tolipan, com base em uma manobra em que o passado da ciência é tratado como uma série de equívocos que se contrapõem à correta compreensão dos temas pertinentes, que seria o pensamento científico existente. Os autores que precedem ao discurso dominante teriam falhado em encontrar a solução adequada ou, então, fazem parte do seleto grupo de gênios que teriam contribuído para a sua construção.

O eixo central, portanto, da história do pensamento realizada pela visão convencional não seriam as opções discutidas pelos autores do passado, mas sim o discurso que se tornou hegemônico. Seria a esse discurso que deveriam ser confrontados os autores do passado, e avaliadas suas contribuições. Tratar os autores do passado que divergem do pensamento dominante como equívocos, e os que o constroem como gênios, eis os dois princípios que, na visão de Tolipan, procuram conferir ao discurso científico o atributo de verdade. “A História do Pensamento Econômico deve ser o lugar de combate – a meu ver irônico – contra esses dois princípios reativos do discurso científico. No nível de conteúdo, desenvolvendo uma crítica do modo específico de construção de uma ciência particular. Deve se propor, como método, a arqueologia de um saber particular, insinuando o caráter mistificador da pretensão à verdade. No nível do estilo, abordando com ceticismo irônico a sintaxe do discurso científico particular de que trata, insinuando o caráter plural e conflituoso do processo de conhecimento”. (Tolipan, 1990, pag. 13) ■

* Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas.

1 Agradeço a Maria Cristina Terra e a Samuel Pessoa que, com a generosidade habitual, comentaram uma versão preliminar. Este artigo fez parte das homenagens prestadas a Ricardo Tolipan quando de sua aposentadoria como professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que incluíram o seminário História do Pensamento Econômico, publicado na Revista Brasileira de Economia.

2 Ver, por exemplo, a tese de doutorado de Garegnani (1982), orientada por Sraffa, e contemporânea à publicação de “Produção de mercadorias por meio de mercadorias”.

3 As principais contribuições de Tolipan sobre Sraffa e história do pensamento econômico foram posteriormente sistematizadas em Tolipan (1990).

Nota: A parte final deste artigo na próxima edição.

ELEIÇÕES NA ALEMANHA Nilo Sérgio Gomes*

VOLTAR À DIREITA?

Pesquisas dão vitória ao conservador Edmund Stoiber, nas eleições de 22 de setembro. O que fará um governo conservador, pós Helmut Kohl?

Chegou a vez da Alemanha. Após Espanha, Itália, França, Áustria, Dinamarca, o Urso de Berlim parece ser o próximo a se preparar para um salto à direita, no movimento que balança a Europa deste novo século para os lados do conservadorismo. Nas pesquisas para as eleições de 22 de setembro, Edmund Stoiber, primeiro-ministro da Baviera e candidato da coalizão CDU/CSU* para o cargo de Chanceler federal, aparece na preferência do eleitorado alemão.

O governo social-democrata do atual premier, Gerhard Schröder, apoiado pelos verdes da Aliança 90, não suprimiu a corrupção, não impediu o aumento do desemprego - que já passa de 4 milhões - e nem resolveu o problema da imigração, no país que mais acolhe estrangeiros na União Européia, cada vez menos tolerante com imigrantes.

A derrota de Schröder, se confirmada nas urnas, levará o poder de volta aos braços conservadores, apeados do governo em 98, após o escândalo que envolveu Helmut Kohl e interrompeu uma hegemonia de 16 anos, à frente da mais vigorosa economia européia.

As pesquisas, em final de julho, apontavam vantagem de até sete pontos percentuais para o candidato conservador. Em início de agosto, o quadro não havia se revertido. Caso se confirme esse resultado, o social-democrata Gerhard Schröder deixará o poder sem reeleição, num dos mandatos mais curtos dos 50 anos da RFA.

Se perder, deixará o poder frustrando expectativas que o projetaram, aliado aos verdes, como uma alternativa, na Europa, que parecia estar associada ao novo. Não foi isso o que aconteceu, e Schröder patina nas intenções de voto, com seu governo sob

acusações de corrupção e muita troca de ministros.

Helmut Kohl, conservador, foi o que ficou mais tempo no governo, desde a re-fundação da República Federal da Alemanha, em 1949: 16 anos, dois a mais do que Konrad Adenauer, o primeiro chanceler do pós-guerra, também conservador, que tratou da reconstrução do país, no período que ficou para a história como "o milagre econômico alemão".

Kohl deixou o poder acusado de receber para sua campanha volumosos recursos de fontes não declaradas e suspeitas. Hoje, vive o final de seu mandato parlamentar pela CDU/CSU, em pleno ostracismo. Porém, sem abrir a boca sobre a origem dos recursos que ajudaram sua última reeleição.

Qual coalizão?

No sistema partidário alemão só se governa em coalizão. O poder, no país, parece estar representado, com base nas últimas eleições, em um terço do eleitorado para os conservadores (CDU/CSU), outro terço para os social-democratas (SPD) e o terço restante dividido entre os demais partidos. Nestes, destaques para os liberais (FDP), os verdes (Aliança 90), que já não empolgam tanto quanto na década passada, e os antigos comunistas (PSD), cuja representatividade em alta mantém-se, contudo, confinada aos cinco estados da antiga República Democrática da Alemanha (Oriental), Berlim e Brandemburgo à frente. Além desses, há de tudo no cenário político-eleitoral alemão: do exótico à ultra-direita.

Essa divisão entre os 56 milhões de eleitores obriga o vencedor a buscar alianças,

coalizões, para poder governar. A Alemanha - essa República renascida após Hitler, buscando resgatar o melhor da sua própria história - está hoje constituída e fundamentada sob cinco princípios que dão base à sua Lei Fundamental, cuja integridade garante a unidade do Estado: é uma república, uma democracia, um Estado federativo, um Estado de direito e um Estado social.

"O Estado social é uma complementação moderna do pensamento tradicional do Estado de direito. Ele compromete o Estado a proteger os mais fracos na sociedade e a estar sempre empenhado pela justiça social. (...) O Estado social manifesta-se na seguridade social, com seus serviços prestados à velhice, à invalidez, à enfermidade e ao desemprego, na assistência social aos necessitados, nos subsídios habitacionais, nos auxílios prestados à família, como o salário-família, na proteção ao trabalho e no direito trabalhista"(1).

Com uma compleição institucional deste porte, qualquer governo que assuma precisará de muito apoio político para realizar a mais pequenina mudança, caso tente corresponder alguns dos anseios que vêm se tornando lugar comum em certos ambientes políticos - como o de uma reforma do Estado, por exemplo, que reduza direitos para diminuir as despesas, temas tão familiares aos povos do Sul.

Qual futuro?

"Precisamos de uma reforma do Estado social, pois ele não é mais financiável", argumenta o professor Oskar Niedermeyer, da Universidade Livre de Berlim. Sigrid Zirbel, uma executiva da Associação Federal da Indústria Alemã, diz que os principais problemas internos que travam a

economia alemã (cresceu em torno de 1%, em 2001) são reformas que precisam ser feitas: tributária, do mercado de trabalho e da aposentadoria.

O tema parece desconfortável aos candidatos. "Muitos pilares da economia alemã já caíram e a Alemanha tem que enfrentar a verdade: não somos mais o país que temos que ser", disse Edmund Stoiber, na Igreja Francesa, na última quarta-feira de julho. Não faltaram motivos para compreender as razões do candidato conservador ter escolhido exatamente a igreja construída pelos huguenotes, em 1705, em pleno centro de Berlim, após expulsos da França pela intolerância católica.

Stoiber, lançando as bases de sua campanha – Agenda do Futuro –, tocou em alguns dos pontos que deverão ser a chave e/ou a dor de cabeça do próximo chanceler, às voltas com os pesados compromissos financeiros que a reunificação trouxe para

a parte rica da nação (ex-Alemanha Ocidental), que se traduzem em 70 bilhões de euros, por ano. Problema que se reproduz no âmbito da União Européia, com a adesão dos países do Leste, menos desenvolvidos e com expressivos desequilíbrios econômicos, sociais e financeiros.

"Precisamos de um novo consenso", disse o candidato conservador. "Temos que ampliar os sistemas sociais, sim. Porém, como fazer com o grande número dos que não contribuem. (...) A herança que vamos transmitir aos nossos filhos não pode ser uma herança de dívidas. Quem quer Estado de Bem Estar Social e Mercado Social tem que ter competitividade. Solidariedade e competitividade devem ser bases de um programa de governo. (...) A Alemanha precisa de um novo consenso para abrir a porta do futuro", fechou seu discurso o candidato da CDU/CSU, para uma platéia entusiasmada, que lotou a Igreja Francesa e começou ouvindo-o afirmar: "O avanço social é cultural e tem que ficar".

Mas com quem os conservadores vão se aliar, e que mudanças irão propor, se eleitos? A hipótese mais provável é que se aliem aos liberais da FDP, que já tiveram discurso neoliberal, na década passada, mas que hoje são mais cautelosos. Contam com razoável influência nas chamadas classes médias e decidiram, por alvo, nessas eleições, alcançar 18% de votos, nacionalmente, uma empreitada ousada para quem obteve entre 5% a 6%, em 98.

Resta saber se vão topar mexer em direitos tão caros à sociedade alemã, e se seu apoio será suficiente para promover mudanças. Afinal, na média, trabalha-se 38 horas e meia por semana, recebe-se 14 salários por ano e usufrui-se de seis semanas de férias, sem despesas com saúde e educação, direitos garantidos a todos pela constituição alemã assentada na sua Lei Fundamental.

O professor Niedermeyer admite que tudo é possível, hoje, na Alemanha. Até mesmo uma aliança da coalizão conservadora com os social-democratas da SPD, que, conforme ele próprio destaca, têm caminhado cada vez mais para o centro, deixando as bandeiras mais vermelhas para os antigos comunistas e alguns grupos de menor expressão política e social.

Talvez, por isso, ciente das dificuldades que enfrentará no Parlamento para aprovar medidas, caso seja eleito, Edmund Stoiber tenha encerrado seu discurso na igreja símbolo da tolerância com alguns alertas, um deles, bem familiar a nós outros, da banda Sul do planeta:

"É ilusão crer que se pode regular tudo por normas. Hoje é preciso eliminar 30% da regulamentação existente para dar mais competitividade à economia". ■

*** Jornalista, editor do JE, viajou à Alemanha e à Bélgica a convite da Fundação Konrad Adenauer**

Notas:

* CDU/CSU – União Democrática Cristã/
União Social Cristã

SPD – Partido Social Democrata

PDS – Partido do Socialismo Democrático

FDP – Partido Liberal Democrático

1 – Perfil da Alemanha, págs. 143/144, publicação do Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, edição de 1998/99.

Os interesses da Alemanha no Brasil

O Estado de São Paulo é o que concentra o maior número de empresas e investimentos alemães fora da Alemanha. Essas empresas representam algo em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, alcançando 15% do PIB industrial. São 400 mil postos de trabalho direto e cerca de um milhão, indiretos.

Em 2001, o volume de investimentos alemães no Brasil somou US\$ 1 bilhão, distribuído nas indústrias automobilística, de máquinas e equipamentos, química e farmacêutica. No total, a soma desses investimentos diretos vai a US\$ 15 bilhões, embora na escala dos investimentos diretos externos (IDE), no Brasil, a Alemanha apareça em quinto lugar, atrás dos EUA, França, Espanha e Portugal, cujos grupos econômicos fizeram grandes aquisições de empresas

durante o processo de privatização iniciado com Collor, no início dos 90, e que teve sequência com Itamar Franco e Fernando Henrique.

"A privatização das teles coincidiu com o processo de reestruturação deste setor na Alemanha", justificou Sigrid Zirbel, da Iniciativa da Economia Alemã para América Latina, órgão da poderosa Associação Federal da Indústria Alemã, referindo-se à ausência de grupos alemães no processo de privatização dos governos neoliberais do Brasil, nos 90. Atualmente, os alemães têm interesse em participar de investimentos em infraestrutura, particularmente, energia, água, saneamento e transportes, e estão presentes em projetos do governo, como os gêmeos "Avança BR" e "Investe BR".

"Há 20 projetos de energia eólica e solar sendo discutidos com representantes brasileiros", informou Zirbel. (NSG)

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

ENTIDADES CRIAM FÓRUM NACIONAL

Novo espaço será formalizado no final de agosto, em Brasília

Preocupados com a malversação de recursos públicos, com os benefícios distribuídos a setores já privilegiados, com a insuficiência de gastos sociais e com o frágil desenvolvimento econômico do país, as entidades abaixo assinadas convidam a sociedade brasileira para a formalização do Fórum Brasil do Orçamento.

O Fórum Brasil do Orçamento é uma articulação de entidades da sociedade civil brasileira, sem estatuto jurídico, apartidária e não confessional, voltada para o monitoramento e a democratização do Orçamento Público federal. Seus encontros e as atividades são sempre abertos a todos que queiram dele participar e contribuir em seus objetivos. O Fórum pretende ser a garantia da existência de um espaço popular de debates para a intervenção e mobilização da sociedade civil brasileira, para exercer o direito de conhecer e fiscalizar as ações governamentais a partir do Orçamento Federal.

A presente articulação surgiu motivada pelo anseio de ampliar a participação social nas decisões orçamentárias, de modo a interferir na definição das prioridades governamentais. Entendemos que é preciso resgatar o caráter público do Estado e o pleno exercício da cidadania através da democratização do Orçamento Federal do Brasil, para inverter o quadro de degradação social e concentrador de renda e para trilharmos o caminho do desenvolvimento sócio-econômico, sem agressão ao meio ambiente e de forma soberana.

Sua constituição é fruto de diversas iniciativas de discussão e monitoramento dos gastos do Governo Federal, que vinham sendo realizadas desarticuladamente pela sociedade civil brasileira, dentre as quais citamos os debates sobre orçamento público, realizados nos dois últimos congressos de economistas, e as atividades desenvolvidas por organizações ligadas às políticas para a infância e adolescência, assistência social, meio ambiente, etc.

Objetivos do Fórum

A criação do Fórum Brasil do Orçamento foi decidida em encontro que reuniu 23 entidades (movimentos sociais, conselhos de classe, organizações não-governamentais e sindicatos), realizado em novembro de 2001, em Brasília. Na seqüência, promoveu-se o seminário Controle Social dos Orçamentos Públicos, no II Fórum Social Mundial, em fevereiro de 2002.

São objetivos do Fórum Brasil do Orçamento:

- Buscar a transparência, clareza e publicidade das informações orçamentárias, de forma a permitir o conhecimento pela população da maneira como o Estado arrecada e gasta os recursos públicos por ele administrados; com a apresentação e divulgação dos dados orçamentários, sem prejuízo da legislação vigente e da técnica-contábil, de forma que proporcione o conhecimento mais amplo possível das prioridades governamentais;

- Defender a ampla participação da população na definição e fiscalização do orçamento público, sobretudo das camadas sociais, historicamente marginalizadas do processo decisório de políticas públicas no Brasil, incorporando a diversidade de interesses presentes na sociedade;

- Atuar na formulação, execução e fiscalização do Orçamento Federal, propondo e apoiando iniciativas da sociedade civil brasileira em benefício de políticas sociais e do desenvolvimento sustentável.

Por entender que o orçamento é um meio e não um fim em si mesmo, acreditamos que os objetivos do Fórum Brasil do Orçamento serão alcançados em articulação com todos os setores organizados da sociedade civil brasileira, particularmente os movimentos sociais, na luta para a construção e efetivo exercício da democracia e da cidadania. E convidamos a todos os interessados na democratização do orçamento público para participar do evento de formalização do Fórum Brasil do Orçamento, no seminário que se realizará nos dias 29, 30 e 31 de agosto, em Brasília - DF. ■

- Conselho Federal de Economia - COFECON
- Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
- Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro
- Instituto de Análises Sociais e Econômicas - IBASE
- Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
- Observatório pela Responsabilidade Fiscal
- Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniel, Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121 - Correio eletrônico:

fporj@bol.com.br Portal: <http://www.economistas.com.br> Lista de discussão: forumrio@rits.com.br

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

PRÊMIO RICARDO BUENO

PREMIAÇÃO FOI PARA JB E EXTRA

Reportagens publicadas no *Jornal do Brasil* e no jornal *Extra* foram as vencedoras do I Prêmio Ricardo Bueno de Jornalismo Econômico, promovido pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), com apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio.

Quatro jornalistas mulheres dividiram o prêmio de R\$ 5 mil, entregue na solenidade de comemoração do Dia do Economia, no último 13 de agosto. Pelo *JB* foram agraciadas as jornalistas Vera Batista, Sonia Araripe e Kátia Luane, que publicaram, em 21 de novembro de 2001, a matéria "Bancos têm lucro recorde na era FHC".

Pelo *Extra*, a premiação foi para a repórter Danielle Abreu, pela reportagem publicada em 11 de fevereiro – "Na hora de brincar, muito trabalho", na série sobre trabalho infantil no Brasil, que ocupou as páginas do jornal durante uma semana.

O real do Brasil

O Prêmio Ricardo Bueno de Jornalismo Econômico foi instituído pelo Corecon-RJ em memória do jornalista falecido há cerca de dois anos, que deixou grande contribuição à análise econômica de conteúdo crítico e acessível aos não iniciados na Ciência Econômica. Jornalista e também economista, Ricardo Bueno com destaque figura entre os profissionais que dedicaram suas vidas para a disseminação de um jornalismo crítico, investigativo, desmistificador de falsos ícones e enigmas da economia brasileira e mundial.

A premiação visou distinguir trabalhos jornalísticos publicados durante o ano de 2001, com essa visão e concepção críticas. O trabalho de Vera Batista, Sonia Araripe e Kátia Luane foi expressão desse esforço, quando mostrou, na páginas de economia do *JB*, que os bancos foram os grandes beneficiários do Plano Real, auferindo lucros tão extraordinários quanto inéditos na história do país.

De acordo com os estudos da consultoria contratada pelo jornal, na era FHC os ban-

cos acumularam um lucro equivalente a R\$ 21,07 bilhões. "É uma montanha de dinheiro suficiente, por exemplo, para construir um milhão de casas populares. Daria também para sustentar a Previdência Social por quatro meses seguidos. (...) Essa soma é, curiosamente, igual à concedida pelo governo em socorro de bancos com problemas de caixa, o chamado Proer".

Matéria elucidativa, que retira o foco do frango e do iogurte e coloca em seus lugares quem, realmente, obteve ganhos com o Plano Real, administrado pela gestão FHC/Malan, no Brasil: o sistema financeiro. A matéria revela que o lucro dos 30 maiores bancos, no período de dezembro de 1994 a dezembro de 2000 cresceu, na média, 313%. Um espanto diante da miséria, do desemprego em massa e da recessão que fecha empresas.

O Brasil real também pode ser encontrado na leitura da reportagem "Na hora de brincar, muito trabalho", onde sua autora, Danielle Abreu, mostra jovens que, ao voltar da escola, em vez de irem direto para o dever de casa ou para a pesquisa em livros e bibliotecas vão pegar ferramentas e ajudar os pais no sustento da família. A matéria traz dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que revelam a participação dessas crianças na renda familiar: de 13% a 20%, dependendo da idade. Traz depoimentos contundentes, como este:

"Meus pais não me obrigam a trabalhar. Eu é que tenho consciência de que preciso ajudar", revela um dos jovens, 15 anos, morador de Caxias, na Baixada Fluminense. Repete-se, no governo FHC, a velha máxima: enquanto os filhos dos ricos vão estudar na Europa, passear na Disney e experimentar os privilégios concedidos à minoria, os filhos pobres vão trabalhar, depois da escola.

O júri do Prêmio foi constituído pelos economistas João Paulo de Almeida Magalhães, Reinaldo Gonçalves e Hélcio Gadret, os dois primeiros professores da UFRJ e o último da Universidade Candido Mendes, a jornalista Sonia Toledo, viúva de Ricardo Bueno, e Maurílio Ferreira, diretor do Sindicato dos Jornalistas.

CONSELHO PROMOVE CURSOS GRATUITOS

O Corecon-RJ promove, em setembro, dois novos cursos gratuitos a todos os economistas regularmente inscritos no Conselho. Introdução à Avaliação de Empresas e Introdução à Análise e Avaliação de Projetos serão ministrados a partir de 14 de setembro e as inscrições já podem ser feitas através da página dos economistas, na internet.

Os cursos realizados pelo Conselho em julho tiveram ampla aceitação, conforme o depoimento dos próprios alunos. Cento e dez economistas, a maioria inscrita em mais de dois cursos, participaram das aulas de Introdução à Análise e Avaliação de Projetos, Conhecendo as Finanças Públicas na Atualidade e Introdução à Avaliação de Empresas.

O Curso de Cenários Econômicos será realizado até o final do semestre, estando sua data ainda em aberto. Esses cursos são realizados sem custo para os economistas. Apenas para o de Reciclagem em Língua Portuguesa, com realização entre os meses de julho a dezembro, está sendo cobrada a quantia de R\$30,00 ao mês.

Na avaliação dos alunos, os cursos foram, de uma forma geral, consistentes e desenvolvidos numa boa seqüência lógica, superando as expectativas de grande parte dos que frequentaram a sala de aula. Os professores foram avaliados com méritos, demonstrando, segundo o depoimento dos alunos, segurança na atuação, sendo claros e didáticos em suas respostas, mantendo um bom nível de entrosamento com o grupo.

Os interessados podem preencher o formulário de inscrição em na página dos economistas, na internet:

www.economistas.com.br

PROGRAMAÇÃO PARA SETEMBRO

Curso	Professor	Data
Curso de Introdução à avaliação de empresas técnicas	Marcelo Arantes Alvim - Mestrando de Economia empresarial e finanças - Ucam	23, 24, 26 e 27
Curso de Introdução à análise e avaliação de projetos	Eduardo Sá Mestrando de Economia empresarial e finanças - Ucam	14 e 21